



## **Carta dos participantes do Seminário sobre “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido” para a Comissão Nacional de Combate à Desertificação**

Nós, representantes de organizações da agricultura familiar de diversas regiões do semiárido brasileiro, pesquisadores/as, professores/as, estudantes, representantes de órgãos públicos, técnicos/as de organizações de assessoria, entre outras representações da sociedade, participantes do Seminário “Pesquisa e a Política de Sementes no Semiárido”, realizada em Lagoa Seca - PB nos dias 30 e 31 de maio de 2012, vimos por meio desta carta apresentar algumas preocupações e propostas no sentido de contribuir para a construção da Política Nacional de Combate à Desertificação, que neste momento é debatida na reunião da Comissão Nacional de Combate a Desertificação.

Primeiramente, destacamos a centralidade da biodiversidade do semiárido, sobretudo das sementes crioulas denominadas sementes da paixão na Paraíba, nas lutas por autonomia e liberdade dos agricultores/as, e que são definidoras de suas práticas produtivas e de seus sistemas alimentares. Assim, a Política em discussão deve considerar a importância da gestão do patrimônio genético local como estratégia de combate à desertificação.

Pela dinâmica climática da região, com secas agudas em alguns anos, deve-se estimular fortemente as iniciativas da rede de bancos de sementes crioulas/da paixão já constituída. Trata-se de conservar e garantir o uso de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas das comunidades, manejadas segundo práticas produtivas eficientes e que vêm sendo historicamente aprimoradas. Com efeito, não podemos repetir os erros recentes do PBSM, que enfatiza o caráter distributivista, baseado em poucas variedades, produzidas fora da região, pouco adaptadas ao ecossistema e aos sistemas de produção da agricultura familiar e que podem levar à dependência de insumos químicos. Tal situação representa enorme desrespeito aos valores e anseios das famílias agricultoras.

Em segundo lugar, estamos convictos de que a Política Nacional de Combate à Desertificação deve fortalecer as experiências protagonizadas ao longo das últimas décadas pelos/as agricultores/as e suas organizações na região semiárida do Brasil, criando interfaces com outras políticas públicas, tais como P1MC e P1+2, ações de pesquisa e desenvolvimento baseadas na valorização dos saberes locais, no apoio às iniciativas criativas das comunidades e de suas capacidades de gestão.

Lagoa Seca - PB, 31 de maio de 2012.